

1

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política - Programa de Mestrado

Tópicos em Metodologia: Elaboração de Projeto de Pesquisa

Professor: Edgar Pontes de Magalhães

Aluno: Marco Aurélio Chaves Cepik

Trabalho final da disciplina

O PT E O SOCIALISMO: UM IMPASSE ESTRATÉGICO

Belo Horizonte, julho/agosto de 1992

"Estou convencido, e não é de hoje, de que o que está em questão nestes últimos anos - depois da degeneração do Estado nascido da primeira revolução da história conduzida em nome do socialismo, e após o ataque às políticas social-democratas por parte das correntes neo-liberais - não é tanto o reformismo (disse anteriormente que nunca houve tantos reformistas como agora), e sim o socialismo. E está em questão porque (...), envolvidos pelo vento impetuoso da crise das ideologias, perdemos a bússola. (...) Para sobreviver e olhar o futuro com confiança, um partido socialista precisa de grandes ideais."

NORBERTO BOBBIO

Í N D I C E

	Página
I - INTRODUÇÃO	1
II - REFERÊNCIAS TEÓRICAS E CONCEITUAIS	8
III - DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	23
IV - ASPECTOS METODOLÓGICOS	45
IV.1- HIPÓTESES, VARIÁVEIS E INDICADORES	45
IV.2- REFERÊNCIAS EMPÍRICAS E PROCEDIMENTO PARA OB- TENÇÃO DOS DADOS	49
V - NOTAS	56

I - INTRODUÇÃO

O objeto deste projeto de pesquisa é o Partido dos Trabalhadores. Mais precisamente, as relações entre ideologia e organização na vida interna deste partido. Identifica-se nesta relação o foco potencial de uma crise de identidade, que estaria minando a própria capacidade estratégica do partido.

O ponto de partida deste trabalho foram as conversas com colegas do programa de mestrado e membros do PT, sobre a correlação entre institucionalização do partido e retração da atividade militante dos filiados.

A referência clássica sobre o fenômeno é a obra de Robert Michels⁽¹⁾, analisando o caso do Partido Social-Democrata alemão (SPD). Para este autor, o problema da eficácia das ações políticas está posto para todas as organizações partidárias, independente da natureza de suas metas e intenções. Tanto mais para a luta política levada a cabo pelas massas populares, onde a ação individual pode muito pouco. Este problema de eficácia faz com que a organização tenda a burocratizar-se. Por burocratização deve entender-se a complexificação, hierarquização e expansão da máquina organizativa. Todavia, para Michels, este fenômeno recorrente nos partidos políticos modernos é também acompanhado de duas consequências universais e irreversíveis: 1) A oligarquização dos processos de tomada de decisões, com a "retração progressiva das esferas de controle democrático" e com uma queda na participação da massa de adeptos, que se restringe cada vez mais aos momentos eleitorais. 2) A autonomização da organização em relação aos

seus objetivos declarados; a "organização torna-se o único nervo vital do partido", desestimulando não só uma ação política revolucionária, mas qualquer tema ideológico ou estratégico.

Em suma, tomados pelo sentimento de responsabilidade e prudência, amorfos na ação e no pensamento, intimidados pelo poderio do Estado e, finalmente, paralisados por seu próprio crescimento, os partidos socialistas modernos, segundo Michels, mesmo sob uma "fraseologia revolucionária", não passam de metódicas organizações eleitorais, de massa e limitadas à mera oposição constitucional ao status quo.

Embora a força do argumento impressione, dois pontos permanecem obscuros: Por que as conseqüências oligárquicas e autonomizadoras da burocratização seriam inevitáveis? Por que pressupor a neutralidade dos fins, descrevendo todo o processo como algo interno aos meios?

A resposta de Gramsci⁽²⁾, embora contivesse elementos prescritivos interessantes, era nitidamente insuficiente:

"Se não existe diferença de classe, a questão torna-se puramente técnica (a orquestra não crê que o regente seja um patrão oligárquico), de divisão do trabalho e de educação, isto é, a centralização deve presumir que nos partidos populares a educação e o 'aprendizado' político manifestam-se em grande parte através da participação ativa dos seguidores na vida intelectual (discussões) e organizativa do partido. A solução do problema, que se complica exatamente pelo fato de que nos partidos avançados os intelectuais têm uma grande função, pode ser encontrada através da formação de uma camada média o mais numerosa possível entre os chefes e as massas, capaz de servir de equilíbrio para impedir os chefes de se desviarem nos momentos de crises radicais e de elevar sempre mais a massa." (Op.cit.p. 109).

Ora, o desenvolvimento ulterior dos partidos políticos, seja o do revolucionário partido bolchevique, seja o social-democrata alemão, o fascista italiano, ou ainda os catch-all parties norte-americanos, parece demonstrar, senão a universalidade dos fenômenos de oligarquização e/ou abandono dos fins, pelo menos que não se trata de uma "questão técnica". Ao contrário, o "século de Michels" parece transformar Weber num "alegre otimista por ter previsto a burocratização universal" (3).

Nesta altura da reflexão, um pessimismo difuso era reforçado pela leitura de Maurice Duverger (4). Com base num estudo comparativo sobre as estruturas organizativas dos partidos políticos, Duverger esboçou uma teoria geral pioneira. Sua tipologia, um tanto problemática, distingue os partidos de quadros, os partidos ideológicos de massa e os partidos eleitorais de massa (5).

Neste autor, a "lei de ferro da oligarquia" é relacionada com a tese dos círculos concêntricos que formam a comunidade partidária. As variações na intensidade e na natureza da participação individual dependem do tipo de inserção dos membros na vida interna e, conseqüentemente, do tipo de partido e sua inserção no sistema partidário. Assim, segundo Duverger, conforme se trate de partidos mais ideológicos ou mais eleitorais, a participação envolverá ou não um problema de identidade pessoal. A intensidade da participação varia conforme a ligação maior ou menor com os destinos do partido, portanto, conforme sua inserção nos círculos concêntricos. Os eleitores, os simpatizantes, os filiados e os militantes de base formam a massa do partido. Já os quadros, os dirigentes, os funcionários e os parlamentares formam o círculo interno oligárquico.

Num certo sentido, a tese de Duverger complementa a de Michels e problematiza a solução de Gramsci, pois a formação de uma camada média entre os chefes e as massas, embora efetivamente sirva ao equilíbrio, não é um antídoto contra a oligarquização. Ao contrário, é funcional à ela. De qualquer modo, as duas interrogações acima formuladas permaneceram irrespondidas.

Os limites da abordagem organizacional foram denunciados por G. Sartori⁽⁶⁾, cuja análise sistêmica concebia a unidade partidária como em todo formado por sub-unidades - frações, facções e tendências - interagindo conflitivamente.

"Qualquer que seja a disposição organizacional - formal e informal - um partido é um agregado de pessoas que formam constelações de grupos rivais". (SARTORI, p. 94).

Sartori salienta a necessidade de se partir de uma definição mínima sobre o que sejam partidos políticos. Apenas assim poder-se-ia destacar a diferença entre partidos e facções, movimentos, associações, grupos de pressão, de interesse ou de opinião, igrejas, sindicatos e exércitos.

No entanto, a que ele mesmo apresenta é excessivamente restritiva:

"Um partido é qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não), candidatos a cargos públicos" (p. 85).

Mesmo correndo o risco de confundir a forma-partido com outros sujeitos coletivos institucionalizados, foi necessário recorrer a uma outra conceituação, que preservasse a dialética parte-todo proposta por Sartori, mas que efetivamente superasse os limites de uma "ciência pura das organizações".

Tal conceito, o encontramos em Umberto Cerroni⁽⁷⁾, para quem o estudo dos partidos políticos deve partir da correlação entre o programa ideológico, a máquina organizativa e o contexto sócio-político, onde se encontram tanto a massa quanto as instituições com as quais o partido irá relacionar-se. Tomando o partido socialista como paradigma do partido político moderno, Cerroni incorpora em sua definição o momento subjetivo:

"Em nenhum tipo de agrupamento político pré-moderno existe essa combinação da organização territorial difusa e tendencialmente nacional e de um programa tão articulado e estruturado a ponto de ser sancionado em um documento escrito, aprovado de forma adequada". (op. cit. p. 13).

Como disse Sartori, definições mínimas não tem capacidade explicativa nem preditiva. Para isto é necessário um esquema conceitual mais articulado. Não obstante, e já descontados os inúmeros problemas deste conceito de Cerroni⁽⁸⁾, ele parece um ponto de partida mais adequado para um estudo sobre ideologia, estratégia e organização de um partido que, mais do que ser anti-sistema⁽⁹⁾, se propõe a lutar por um outro sistema.

Em termos genéricos, a próxima seção visa discutir este esquema conceitual, concentrando-se na relação entre fins e meios como cerne problemático da ação estratégica dos sujeitos coletivos voluntários, dentre os quais se incluem os partidos políticos.

Contudo, antes de iniciá-la cabe um último esclarecimento sobre as motivações deste projeto.

O PT escolheu, quando de sua fundação, não especificar uma estratégia para a construção de uma sociedade socialista

no Brasil. Considerou que, dada a crise das alternativas clássicas disponíveis e a imaturidade histórica do movimento dos trabalhadores no país, uma definição que fosse além do compromisso anti-capitalista e democrático seria prematura, sectária e deseducativa para as massas populares. Os custos desta escolha, mantida até o início da fase atual da trajetória petista, são controversos. Intuímos que haja uma correlação entre esta decisão e a crise de identidade ~~que~~ que passa o PT atualmente. Crise que se desdobra, com determinações específicas, nos planos ideológico e organizativo. Isto não quer dizer que o PT não disponha de elementos estratégicos, mas sim que ele considerou a resolução dos problemas estratégicos mais delicados⁽¹⁰⁾ como uma questão prática para o futuro, não como um problema teórico do presente, que poderia colocar sua identidade socialista e democrática em risco.

Naturalmente, a questão só pode ser formulada nestes termos se o socialismo é considerado como uma realidade societária futura, e não só como um conjunto de valores internos à sociedade presente⁽¹¹⁾. Mas é precisamente esta idéia, de um arranjo societário e institucional, para além do capitalismo, que está em crise. O socialismo como finalidade estratégica, portanto como problema teórico e prático da ação coletiva, não é obra de um único sujeito, tampouco resulta de um ato de criação absoluta. Tais obviedades precisam ser ressaltadas, nestes tempos tão dados aos mal-entendidos. No entanto, isto não exige um partido que se identifica como socialista e democrático, de definir-se a respeito do que isto significa para ele e de qual a sua estratégia para realizar estes fins.

Aquí emerge nossa interrogação básica; ao renunciar a esta dupla exigência, quais os custos para sua ideologia e sua

organização, sem falar da massa que se quer ver emancipada? A resposta, que surge como hipótese, é de que estes custos incluem a imobilização estratégica do partido, a crise de sua identidade e, potencialmente, sua conversão à "mera oposição constitucional" e "anti-sistema".

Como ressaltou Claus Offe⁽¹²⁾, a idéia de crise perdeu nos últimos anos suas conotações catastróficas e globalizantes. Os momentos de crise devem ser compreendidos também como produzindo mudanças positivas, superadoras. As crises podem ser a causa e o resultado de inovações, não apenas a manifestação de uma dialética antagônica de ascenso-declínio. É neste sentido, um tanto neutro, que consideramos a crise de identidade do PT: Um período crítico de redefinição do nexos entre ideologia e organização⁽¹³⁾.

Feita a introdução, tudo o que segue busca responder o seguinte:

Por que o socialismo democrático é um impasse estratégico para o PT?

Por que as formulações estratégicas do PT são insuficientes?

Por que a ausência de uma estratégia compromete a identidade do PT?

Por que as ações táticas do partido se dissociam de seus objetivos estratégicos?

Por que a institucionalização do PT têm sido acompanhada da oligarquização de seus mecanismos internos de participação e decisão?

II - QUADRO CONCEITUAL E REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Uma das principais dificuldades da pesquisa científica consiste em dominar os limites do objeto de análise. Este é formado pelas inúmeras ramificações e conexões que sua realidade suscita, bem como por todos os ângulos e enfoques das análises já realizadas sobre ele.

Assim, a tarefa de controlar as fronteiras de um problema envolve não só a explicitação da faceta que se quer compreender no fenômeno em questão, mas também a explicitação do significado semântico e conceitual das categorias que se pretende utilizar para destacar aquela faceta no laboratório da abstração.

Assumindo a incapacidade para realizar esta dupla tarefa, esta seção limita-se a uma primeira aproximação, destacando de modo um tanto impressionista, alguns temas e conceitos orientadores do trabalho de pesquisa.

Como se sabe, é vasta a produção ensaística e acadêmica sobre o Partido dos Trabalhadores. Também são bastante conhecidos os principais fatos de sua história, dispensando apresentações preliminares.

Muitos destes estudos destacam a singularidade do PT no sistema partidário brasileiro. Esta resultaria da combinação entre uma forte penetração na sociedade-civil, desempenhos eleitorais crescentes, perfil programático definido e máquina organizativa sólida e democrática. Por sua vez, tal combinação é creditada à disposição militante de seus membros e simpatizantes.

Em linhas gerais, as análises sobre o PT têm se con centrado em torno de três conjuntos de questões:

1) Sua composição sócio-cultural e as relações com o movimento sindical.

2) A participação no jogo eleitoral e as experiên - cias parlamentares e administrativas.

3) Seu funcionamento institucional, a participação das bases e as disputas internas entre grupos e tendências.

Além de uma certa recorrência temática, a maioria dos trabalhos consultados dedica-se à fase inicial da traje- tória petista, entre fins dos anos setenta e meados dos anos oitenta.

Em relação aos eixos temáticos, pode-se-ia dizer que o problema das relações entre meios e fins atravessa to- dos eles. No entanto, neste estudo, o enfoque recai sobre a própria estrutura problemática do conjunto meio-fim, através da análise dos mútuos condicionamentos entre organização, es- tratégia e ideologia. Há também um deslocamento temporal, in- teressando aqui o estágio atual (1989-1992) dos dilemas polí- ticos do PT, no que se refere à direção e ao significado de suas ações.

Propor este duplo⁽¹⁴⁾ deslocamento de enfoque, temá- tico e temporal, é ainda muito insuficiente, sendo necessá- rios muitos esclarecimentos complementares.

Organização

Em primeiro lugar, a referência ao elemento organi- zacional não remete aos mesmos problemas destacados acima no número 3.

Como sugere Maurice Duverger, toda organização partidária envolve pelo menos dois níveis de participação e dois momentos da ação política. Por um lado, pode-se distinguir os mecanismos de participação das bases e os organismos de direção. Noutro sentido, pode-se distinguir os processos de tomada de decisões e os processos de encaminhamento das ações. Claro que nenhum destes planos opera independentemente dos outros, apenas indicando as partes que compõem o todo organizacional⁽¹⁵⁾.

Nesta rede de instituições e procedimentos, densa e estruturada, as tensões entre democracia e eficácia traduzem o núcleo duro do problema meios/fins⁽¹⁶⁾.

Dado o objetivo de analisar este problema no seu contorno mais geral e elevado, interessa destacar aqui os processos intrapartidários de tomada de decisões e de encaminhamento das ações nos organismos de direção do PT. Portanto, menos os mecanismos de participação das bases e mais a estrutura de comando e processamento de informações. Embora, no caso petista, seja necessário, em larga medida, relacionar os dois níveis organizacionais concêntricos.

Mais abaixo, na parte sobre estratégia, e na seção III, serão apontadas outras questões sobre organização.

Ideologia

Como foi discutido na seção I, a ausência de uma tematização sobre ideologia é um dos principais problemas nas abordagens organizacionais (Michels/Duverger) e sistêmicas (Sartori) sobre os partidos políticos⁽¹⁷⁾.

No entanto, o uso do termo traz dificuldades que decorrem do conteúdo ambíguo que costuma ser-lhe atribuído, bem

como da desconfiança generalizada para com as "concepções gerais" (18).

Para Umberto Cerroni por exemplo, as ideologias tanto podem ser uma fonte potencial para mistificações que freiam a ação política, quanto a única forma de garantir que a ação chegue a bom termo, na medida em que são capazes de imunizar o partido político face às patologias de subordinação acrítica ao capital e à tecnificação do jogo eleitoral. Para este autor, o valor potencial das ideologias, neste final do séc.XX, reside na possibilidade de que elas operem como "sínteses dúcteis e provisórias de um diagnóstico do mundo moderno sempre por se verificar" (CERRONI, 1979).

Este sentido corresponde ao uso do termo nos trabalhos de Sociologia Política (19), onde a ideologia comparece como "um conjunto estruturado e coerente de idéias, que encerra como dimensão saliente a de estar destinado a servir de guia para a ação política" (REIS, 1988a).

Estas idéias-força, para retomar Cerroni, se chegam a assumir formas doutrinárias por demais enrijecidas, podem comprometer a própria ação política. Esta é a desconfiança básica de muitos autores para com as ideologias políticas, identificando uma tendência inevitável ao irracionalismo e ao totalitarismo nos sujeitos constituídos a partir delas. Isto porque toda ideologia é, em certo sentido, um amálgama de razão e mito (20).

Cabe analisar esta assertiva, segundo a qual, as identidades simbólicas coletivas baseadas em ideologias tendem inevitavelmente à irrazoabilidade.

Ora, a premissa envolvida na definição de ideologia política adotada, é a de que esta é, em certa medida, escolhi

da pelo sujeito. Dados certos limites, os indivíduos podem deliberar lucidamente sobre quais representações da realidade e sobre quais normas para a ação melhor expressam seus valores e interesses.

Por oposição, o uso do termo nos trabalhos de Sociologia do Conhecimento⁽²¹⁾ é que melhor corresponde à noção de ideologia como um "conjunto difuso de valores, crenças de qualquer tipo que se associam a determinada configuração de condições sociais gerais (posição de classe, época, nacionalidade) e que vêm constituir a visão do mundo das pessoas" (REIS, - 1988a).

Ainda segundo este autor, as relações entre visões de mundo socialmente dadas e concepções gerais politicamente escolhidas são de mútuo condicionamento:

"As ideologias enquanto visões do mundo, por difusas que sejam, podem naturalmente tornar-se ingredientes ou instrumentos de ideologias políticas de cunho estratégico e orientadas para a ação - assim como, simetricamente, os issues ou temas cognitiva e instrumentalmente articulados destas últimas podem vir substituir visões do mundo dadas no condicionamento da identidade pessoal e política".(1988a p. 33)

Sem descuidar totalmente desta relação, o problema deste estudo é analisar a ideologia política do PT e as repercussões dela na práxis deste partido.

Estratégia

Mas a mediação entre ideologia e organização é feita pela estratégia. A ação estratégica integra os elementos simbólicos e instrumentais, validando cotidianamente a ideologia (Przeworski) e fornecendo os recursos e o sentido para a mobilização

lização potencializada pela organização.

A estratégia produz este amálgama ao responder à seguinte pergunta:

- Que caminhos terei que percorrer para alcançar meus objetivos?

E é justamente aqui que começam as complicações. Pois qualquer resposta para esta pergunta desdobra-se em pelo menos três problemas complementares: o da fixação destes objetivos; o da tensão provocada pela existência de uma pluralidade de sujeitos buscando fins conflitantes; o da construção e disposição dos meios consistentes com os fins que se quer atingir.

O primeiro aspecto remete novamente ao terreno da ideologia. Afinal, para que um "conjunto coerente de idéias" possa servir de "guia para a ação", é preciso que os objetivos mais gerais estejam definidos com clareza. Afinal, é com relação a eles que se forjam as identidades comuns nas agregações voluntárias que pretendem agir como sujeitos políticos coletivos.

E é este traço de identidade simbólica, de íntima relação entre o sujeito e certos objetivos orientadores de sua ação, que responde pela determinação com que aquele se engaja nesta.

A atribuição dos fins - sejam estes coletivos ou pessoais, objetivos ou subjetivos, interesses, valores, opiniões ou procedimentos⁽²²⁾ - é o primeiro passo para a formulação de uma estratégia.

Todavia, a afirmação de uma intenção estratégica⁽²³⁾ não é condição suficiente para sua efetivação.

Antes de mais nada, porque os resultados das ações

que correspondem a esta intenção dependem da interação com outros atores. A existência de uma pluralidade de atores, com vontades políticas distintas e potencialmente antagônicas, sempre torna esta interação conflitiva.

Neste âmbito, o problema reside justamente na forma como os atores percebem os conflitos. Grosso modo, esta varia desde uma visão plural até uma percepção polarizada, que decorrem das próprias da dupla face do conflito político.

Ele é, simultaneamente, confronto e cooperação, força e consenso, poder e comunicação. Embora permaneça marcada pelo uso ou ameaça de uso da força para a resolução de problemas, a noção de conflito aqui adotada não se esgota na idéia da pura beligerância.

Mas, onde buscar a explicação para esta auto-limitação dos atores nas interações conflitivas estrategicamente orientadas?

Antes de tudo, isto decorre do forte impulso à descentração⁽²⁴⁾ sócio-cultural nas identidades coletivas forjadas com base na ideologia política. Uma vez mais recorrendo ao artigo de Fábio W. Reis:

"Por contraste, a imagem do agente político envolvido no recurso à noção de ideologia política é antes a de um agente racional, capaz de estruturar coherentemente um universo político complexo e de decidir de forma conseqüente diante de qualquer problema específico com que se defronte naquele universo." - (1988a, p. 26).

Todavia, até aqui não há realmente como a racionalidade do agente implicar logicamente na sua descentração. No entanto, o pressuposto de racionalidade da ação implica no controle e processamento de informações como condição de sua

eficácia. Bem, a busca de informações é em si mesma uma modalidade de ação. E os requisitos básicos da ação comunicativa são precisamente a "abertura, descentração, disposição de comunicar e intercambiar e de permitir que a informação presumida seja intersubjetivamente controlada como condição de sua objetividade" (REIS, 1988a).

Nesta direção, evidencia-se que o princípio de contenção é interno à própria lógica da ação estratégica. Não apenas no sentido de que a interação pressupõe o reconhecimento da legitimidade das outras vontades. O que, em si mesmo, não minimiza os elementos de fechamento, de firmeza na luta de cada sujeito por seus fins. São estes elementos que respondem pelas "asperezas" da política. E que podem levar, inclusive, a uma solução violenta dos conflitos.

Para além deste reconhecimento do outro, mesmo quando a violência é desencadeada, seu uso controlado não deixa de se impor aos sujeitos, em função dos próprios fins em disputa, pois os meios utilizados podem destruí-los, privando ambos os contendores da possibilidade de alcançá-los.

Com isto tudo, não se quer afirmar que a abordagem estratégica dos conflitos garanta, por si mesma, uma percepção pluralista das alternativas, um comportamento cooperativo e soluções pactadas para os problemas aí gerados. Afinal, a tensão entre os elementos de comunicação e de poder é permanente e irreduzível.

O que ela garante é a possibilidade analítica e normativa de se pensar a legitimidade da existência de uma pluralidade de sujeitos com objetivos conflitantes. Bem como, de se reconhecer a infinitude potencial da construção humana, o que retira qualquer pretensão de validade absoluta e atem-

poral para certos fins em detrimento de outros.

Por um lado, ela torna possível o estabelecimento, entre os sujeitos políticos, de consensos em torno de certas questões (issues), sem que isto pressuponha idealmente a supressão das diferenças entre os adversários e/ou a cooperação harmoniosa entre eles ao longo de toda a interação.

Por outro lado, permite que as identidades se formem e se redefinam no e através do conflito político, sem que a realização de uma intenção estratégica (por mais universal que seja) implique, legitimamente, na eliminação das outras vontades.

Estabelecidos os fins e definidas as atitudes frente à pluralidade de atores, resta à estratégia responder sobre a construção e disposição dos meios necessários para a efetivação da ação.

A relação entre meios e fins desdobra-se em dois planos - o do conjunto tática/estratégia e o organizacional ou estratégico operacional.

A cada um deles corresponde uma das perguntas abaixo:

- O que devo fazer, em cada momento do caminho, para aproximar-me dos meus objetivos?

- Que meios terei que construir e controlar para realizar a caminhada?

Aqui, interessa apenas apontar o nexu geral de ambas com a grande estratégia. Tal nexu tem na tensão meio/fim o seu princípio racional, desde o qual emergem as especificidades lógicas de cada termo.

Tática

A tática atualiza, em cada conjuntura, as exigên-

cia da estratégia. Lida, portanto, num grau infinitamente maior do que a grande estratégia, com a imprevisibilidade dos resultados de cada conflito e com as mediações políticas necessárias à eficácia da ação numa correlação de forças dada.

Acaso, incerteza, adaptabilidade e iniciativa compõem o quadro extremamente lábil das ações empreendidas taticamente.

A consistência através do tempo, entre os objetivos de curto e os de longo prazo, é o cerne problemático da relação tática/estratégia.

O problema surge sempre que há uma dissociação persistente ou radical entre os dois termos, tornando-os contraditórios.

Por exemplo, uma ênfase intransigente nos objetivos de longo prazo, em detrimento das mediações necessárias para produzir avanços no curto prazo, pode conduzir o sujeito ao isolamento e, em última instância, à impotência estratégica. Na falta de um conceito preciso, este tipo de dissociação pode ser descrito como "finalismo doutrinário".

Por outro lado, a imersão completa nas vicissitudes do curto prazo, com mediações táticas necessárias para a movimentação numa conjuntura dada, traz riscos evidentes para a identidade do sujeito, podendo conduzi-lo igualmente à impotência estratégica. Também adjetivamente, este tipo de dissociação corresponde ao "taticismo empirista".

Em resumo, a combinação ótima entre ganhos em radicalidade e ganhos em amplitude (extensão do consenso) aparece como a mais difícil para uma abordagem estratégica da política.

Por fim, a racionalidade da relação meio-fim impli-

ca na subordinação da tática à estratégia, ou seja, os fins devem controlar os meios.

Mas, para que isto ocorra sem prejuízo da autonomia relativa dos movimentos táticos, é necessário precisar o critério diferenciador dos dois termos.

Este não é de natureza espaço-temporal, pois uma ação local e de rápida duração pode, obviamente, revestir-se de um caráter estratégico, dependendo de sua importância.

Mas importância em relação a que?

Aos fins que a ação busca, certamente. Mas até aí não se avança muito, pois certos objetivos táticos podem adquirir importância estratégica no próprio transcórre da ação.

Menos do que as evidentes diferenças no âmbito espaço-temporal de emprego, a tática e a estratégia diferenciam-se pela natureza dos meios empregados. A tática é formada pelo conjunto de movimentos que visam o controle da ação política quando esta encontra-se em curso. E a estratégia é formada pelo conjunto de medidas que visam controlar e utilizar os resultados dos conflitos para atingir os fins da política.

Trata-se, é verdade, de um critério heurístico que, por admitir fronteiras tênues, torna difícil sua operacionalização para a observação empírica.

Caberia dizer, em complementação, que do ponto de vista lógico, os fins da ação tática são os meios da ação estratégica que, no entanto, realiza-se através da sucessão de movimentos táticos⁽²⁵⁾.

Estratégia Operacional

Mas o que são os meios?

Bem, na acepção aqui adotada são todos os recur-

tos organizacionais e intelectuais que os sujeitos políticos são capazes de construir e mobilizar na disputa pela hegemonia.

As máquinas organizativas e eleitorais dos partidos, as burocracias estatais, as instituições e organizações de massa da sociedade-civil são exemplos de mediações orgânicas. Ideologias, produtos culturais, valores morais e até sistemas filosóficos também o são, em certas situações. Empresas, igrejas, forças armadas e meios simbólicos podem ser considerados componentes da capacidade hegemônica de uma vontade estratégica.

Como já foi sugerido anteriormente, meios podem ser construídos e utilizados para alcançarem fins. A estratégia operacional é o ramo da estratégia teórica que se ocupa da construção e disposição dos meios singulares.

No parágrafo acima, fica evidente que não se pode restringir a noção de meios à infra-estrutura tecno-operacional das ações políticas. Embora a componente instrumental seja definidora aqui, nos chamados meios subjetivos, ou meios de segunda ordem, ela opera com as especificidades já discutidas. É o caso da obtenção e processamento de informações relevantes, onde a componente comunicacional apresenta requisitos de descentração e abertura que são, eles mesmos, premissas da eficácia da ação⁽²⁶⁾.

Dois exemplos, bastante díspares, bastam para destacar esta importância contemporânea da subjetividade na ação política e em particular, da estratégia operacional. Um dos pontos centrais da visão de Lênin sobre o partido revolucionário era precisamente uma lógica vertical de construção orgânica, da consciência para a experiência, dos indivíduos para o

coletivo, do comitê central para as células... também o estado-da-arte estratégica revela que o centro vital de qualquer força armada contemporânea é constituído pelo que os especialistas chamam de estrutura de c^3ig^b (lê-se cêtrês igb), cadeias de comando, controle, comunicações, informações e gerência de batalha.

Contraditoriamente, esta importância crescente da subjetividade, até mesmo nas áreas tradicionalmente mais instrumentais da ação política, tem sido acompanhada de um aumento na tensão entre meios e fins⁽²⁷⁾.

De forma similar à dissociação tática-estratégia, parece que a lógica de construção dos meios implica numa tendência de autonomização destes em relação aos fins para os quais foram constituídos.

Trata-se do plano específico da oligarquização (Michels), onde o esforço de construção dos meios necessários à afirmação potente (ver nota 16) de uma vontade estratégica, introduz áreas de desigualdade internas ao "sistema de solidariedade", que tenta se configurar como uma comunidade de fins reais⁽²⁸⁾.

Discutindo as relações entre "sistemas de solidariedade" e "sistemas de interesses", a partir do ensaio de Pizzorno, Fábio W. Reis destaca que:

"(...) tal problema de organização envolve, concomitantemente com ingredientes de comunicação e na medida mesma em que visa ao êxito e à 'afirmação de si' correspondente à definição do interesse como o 'distinguir-se', a presença importante de ingredientes estratégicos tanto externa quanto internamente." (Reis, 1984).

Todavia, o reconhecimento desta presença é o que per

mite que se fale de estratégia operacional, mais do que de organização, com referência à construção dos meios. O ponto aqui é por que os meios tendem a autonomizarem-se em relação aos fins? E, conseqüentemente, como os sujeitos podem controlá-los?

A oligarquização do "círculo interior" (Duverger) é uma dimensão deste fenômeno de excedência dos meios⁽²⁹⁾, que se processa como contradição entre a eficácia da ação e a democracia do processo de tomada de decisão. A retração da esfera de controle democrático (Michels) e a conseqüente expansão das áreas de desigualdade (Pizzorno) têm, como sub-produto na da desprezível, a imersão da lógica de construção dos meios numa dinâmica reprodutiva. Esta, traz em seu bojo a impotência estratégica, pois os fins previamente estabelecidos são abandonados praticamente no curso da própria interação.

Não se trata de propor uma "lei da excedência dos meios", mas tão somente de apontar a persistência do fenômeno e sua estrutura formal. Esta consiste na inversão da racionalidade que subordina os meios aos fins.

Segundo Fábio W. Reis, caberia "admitir a existência de graus de racionalidade em correspondência com o volume de informações disponíveis a respeito do ambiente ou da situação em que se desenvolve a ação". (op. cit. p. 143). Assim, quanto mais informado estivesse o sujeito a respeito das incertezas contextuais nas quais transcorre a ação, mais ele teria condições de controlar os meios, tornando-os consistentes com os fins.

No plano operacional, tratar-se-ia de construir mediações orgânicas que, ao traduzirem univocamente esta precedência dos fins sobre os meios, otimizassem a obtenção e o

processamento do conhecimento necessário ao controle da consciência sobre a ação.

Todavia, cabe observar que, dada a complexidade e o gigantismo dos meios envolvidos nos conflitos políticos de envergadura, as próprias mediações orgânicas voltados para o controle tenderiam a complexificar-se além de suas finalidades precípuas, repondo o problema num nível mais elevado.

De todo modo, esta parece ser a direção mais produtiva na busca de uma solução para o impasse estratégico. Afinal, a alternativa parece ser a de se deixar que a ação siga seu curso espontâneo, sem organização, direção ou controle. Deste modo, não apenas haveria a dificuldade intrínseca de se realizarem fins, mas ter-se-ia mesmo a renúncia à busca de fins. Neste caso, a ação se depauperava na reprodução irracional de si mesma. E, em política, a ação pela ação conduz, potencialmente, à anomia generalizada ou ao totalitarismo.

Assim, a resolução do problema radica-se ainda no âmbito da constituição dos sujeitos coletivos. No sentido de que são o compartilhamento de fins, que, afinal, define como tal um sujeito coletivo, permite concretizar o impasse estratégico definido abstratamente como tensão entre fins e meios. Concretização que especifica, afinal, as exigências da estratégia operacional no que concerne ao esforço diligente de controle dos meios pelos fins, ao longo de toda interação estratégica.

Ora, segundo Reis, esta constituição dos sujeitos coletivos é duplamente problemática. Não apenas ela não é dada, no sentido de que os focos de solidariedade na sociedade são potenciais, efetivando-se somente quando indivíduos autônomos⁽³⁰⁾ organizam-se "para o compartilhamento de fins ou

objetivos e a capacidade de ação concertada(...)". Mas, além disto, este "concerto intersubjetivo de indivíduos que vivem em comum", no processo de sua realização e também no curso de suas interações estratégicas, dá-se num contexto sociológico e institucional determinado, para retomar a advertência contida na nota 14.

Na próxima seção, discute-se o impasse estratégico vivido pelo PT, acompanhando-se sua constituição como sujeito coletivo em conexão com o contexto sócio-institucional desta trajetória.

III - DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Antes de discutir o socialismo como impasse estratégico para o PT, é preciso retornar brevemente às afirmações finais do item anterior, uma vez que duas suposições equívocas poderiam decorrer da não consideração do alerta ali contido.

Em primeiro lugar, do fato de se considerar necessária a presença de uma abordagem estratégica da política, como condição para uma conexão adequada entre ideologia e organização, não se segue, obviamente, que esta presença seja suficiente para garantir que o sujeito alcance seus fins.

Mesmo na hipótese, altamente problemática como se viu, de se cumprirem aqueles requisitos centrais da estratégia, referentes à deliberação lúcida sobre os fins coletivos, ao comportamento pluralista e cooperativo face ao conflito e à consistência dos encaminhamentos táticos e estratégico-operacionais em relação aos fins propugnados, apenas a posição do sujeito se alteraria, tornando-se mais "central", ou "entrado".

Ainda assim, a conquista efetiva (praticamente consolidada) e legítima (moralmente válida) destes fins dependeria tanto de outros sujeitos políticos, quanto do contexto sócio-institucional. Apenas quando se introduz estes dois elementos é possível transitar da estrutura genérica dos conflitos políticos, e da proposição abstrata da contradição meios/fins, para uma área substantiva de problemas e para uma feição específica dos fins e dos meios em tela, o que se tentará fazer mais abaixo⁽³¹⁾.

Noutras palavras, a estratégia - que neste caso opera como variável independente, uma vez que o controle sobre a excedência dos meios depende de sua presença - é uma condição necessária, porém insuficiente, para a superação da dupla crise, ideológica e organizacional, vivida pelo PT. Outras vontades estratégicas e o contexto sócio-institucional aparecem como variáveis intervenientes, condicionando a percepção do partido acerca de sua estrutura de possibilidades.

Em segundo lugar, e com óbvias conexões com o que foi afirmado acima, numa eventual resolução da contradição entre meios e fins, nada garante que os sujeitos políticos alcançarão seus objetivos. Ou seja, o impasse estratégico é um problema crucial quanto à estrutura da ação intencional. No entanto, quando se trata de analisar se certos fins poderão ou não ser alcançados por certos atores em detrimento de outros, as estratégias surgem como variáveis intervenientes⁽³¹⁾.

Apenas como exemplo, suponhamos que o PT dispusesse de uma clara visão estratégica sobre como chegar ao socialismo - com tudo o que isto pressupõe na aceção aqui proposta. Ademais, suponhamos que ele contasse, no mínimo, com o consentimento de todos os atores relevantes e com um contexto sócio-institucional favorável. Mesmo assim, tendo em vista a magnitude e a complexidade do processo utilizado como exemplo, seria pouco plausível afirmar-se que o socialismo iria sobrevir. Já descontada a observação, algo banal nos dias de hoje, de que qualquer versão contemporânea aceitável sobre o que seja socialismo, implica na suposição de que ele não é obra exclusiva de um único sujeito coletivo institucionalizado, partido, sindicato ou grupo social.

Naturalmente, isto não exige um partido político

que se defina como socialista e democrático de ter uma estratégia consistente com tais traços identitários. Tanto mais que o oposto do que se afirma acima, ou seja, uma hipótese segundo a qual o socialismo independeria da vontade de quaisquer sujeitos, seja como fruto do acaso ou como produto de leis históricas, parece ainda mais implausível.

Feitas as duas observações, cabe discutir em breves pinceladas a constituição do PT como sujeito coletivo, suas relações com o contexto institucional brasileiro e o impasse estratégico relativo à sua identidade socialista.

A periodização utilizada para descrever a trajetória petista, justifica-se principalmente por comodidade de exposição, uma vez que uma apresentação temática tornaria mais difícil o relacionamento entre as partes do problema⁽³²⁾. As três fases identificadas distribuem-se desigualmente nestes doze anos desde a fundação do partido.

Fase A: Constituição de Potência/1980-85

Dentre outras, duas características marcaram o PT na sua fase de surgimento e consolidação. A diversidade de/sua composição social, política, cultural e ideológica; e o perfil genericamente anti-capitalista de sua participação na luta pela democratização do País, no contexto da transição brasileira. Ambas incidiram fortemente na conformação orgânica e ideológica do partido⁽³³⁾.

Do ponto de vista organizativo, diversidade e anti-capitalismo marcaram o PT em mais de uma dimensão.

Embora os vínculos com o movimento operário emergente no final dos anos 70, particularmente no ABCD paulista ,

constituam um dos traços mais marcantes do PT, além dos trabalhadores outros segmentos constituíram a base inicial do partido, tais como a esquerda revolucionária organizada, ativistas católicos, intelectuais, parlamentares progressistas e membros de diversos tipos de movimentos sociais, dos sem-terra aos ecológicos.

Estes segmentos diversificados confluíram para o PT, que introduziria mecanismos organizacionais voltados para a ampla participação democrática na vida interna do partido. A representação ampliada para as pré-convenções em todos os níveis - municipal, regional e nacional - e os núcleos de base, foram dois dos mais importantes⁽³⁴⁾. Ao longo desta fase, segundo Keck, alguns destes indicadores organizacionais demonstraram graus variados de desempenho, piores em algumas dimensões (financiamento militante, periodicidade da imprensa partidária, efetividade e alcance dos núcleos, educação política dos filiados) e melhores em outros (escolha participativa dos candidatos, contestação de decisões internas, rotatividade de lideranças, taxas de militância).

Nesta dimensão, embora pareça claro que "o grau de democracia interna e o nível de participação no PT ultrapassam em muito os de qualquer outro partido importante no Brasil" (KECK, 1992), o que interessa destacar é que "a boa vontade com que tantas pessoas se dispuseram dedicar seu tempo ao PT provavelmente tem muito a ver com o fato de se considerarem parte de um processo de deliberação no interior do partido" (id. ib. p. 143).

Para dois dos segmentos mais importantes na constituição do PT, os sindicalistas combativos e os ativistas católicos, apresentava-se ainda uma forte ênfase na ação local,

auto-organizada e com ativa participação de base. Decorre daí certo ethos basista que caracteriza a organização do PT, com evidentes impactos sobre a ideologia e as possibilidades da abordagem estratégica no partido, que serão discutidos abaixo.

Todavia, a diversidade da composição gerou também um impulso pluralista na organização, com facções e blocos cuja institucionalização plena somente ocorreria no final dos anos 80⁽³⁵⁾. Nesta fase, como decorrência da crise legada pela eleição de 1982, o equilíbrio de forças interno é alterado por dois fatores em 1983, um procedimental e outro substantivo. A introdução parcial⁽³⁶⁾ de um sistema de representação 'proporcional nas eleições internas, com uma regra de exclusão para os chapas que não conseguissem 10% dos votos convencionais, forçou uma explicitação maior das diferenças e alinhamentos internos. Data deste período também a formação de uma coalizão majoritária, a Articulação, capaz de hegemonizar o partido até a fase C⁽³⁷⁾.

A relação entre anti-capitalismo e organização é mais difícil de ser estabelecida, uma vez que a decisão de formar um partido legal, nas condições da legislação autoritária em vigor⁽³⁸⁾, impunha restrições estatutárias e regimentais evidentes.

Uma primeira correlação emerge da persistente recusa petista em circunscrever sua máquina partidária aos ditames do jogo eleitoral e das instituições representativas do Estado. Dada a convicção de que a radicalização da luta democrática, pelos sujeitos populares emergentes, extrapolaria os estreitos limites capitalistas da transição, o PT tratou de robustecer sua organização junto a estes setores combativos, em particular e a expandir-se, em geral, no terreno da sociedade-civil.

A ênfase classista, consistente com esta visão sobre a auto-emancipação dos trabalhadores, também marcou a organização petista, tornando-a resistente às tentativas de cooptação e repressão feitas pelo governo e setores sociais dominantes. A esta ênfase corresponderia o dilema de ter que "ajudar a organizar aquilo que suas organizações pretendiam representar". (39)

Já no plano ideológico, a diversidade e o anti-capitalismo também produziram impactos sobre a trajetória do PT.

A diversidade de concepções e experiências transformou a própria identidade do partido em objeto de convivência tensa entre os grupos que disputavam a hegemonia no seu interior. A liderança em torno de Lula considerava prematura uma especificação maior sobre as concepções gerais do PT. Alguns setores intelectuais e parlamentares haviam propugnado um "socialismo europeu" (40). E as organizações revolucionárias, embora tratassem de combater o que consideravam basismo reformista dos setores hegemônicos, convergiam mais ou menos no sentido de considerar o partido como uma frente, mais ou menos tática, com potencialidades de tornar-se o partido operário e popular dirigente da revolução brasileira.

Se, para os setores que viriam a conformar a Articulação, uma definição maior do socialismo petista naquele momento se apresentava nitidamente como sectária, precipitada e restritiva em relação ao acúmulo cultural das bases sociais do PT, para a chamada esquerda do partido, tal tarefa revelava-se secundária em relação ao ^{seu} próprio fortalecimento, uma vez que julgavam que deste melhor posicionamento dependiam as potencialidades revolucionárias deste partido. Ou seja, dois movimentos em direções opostas que redundaram em privar o PT

de uma visão mais clara sobre seu socialismo, primeiro passo para a elaboração de uma estratégia⁽⁴¹⁾.

Não obstante, a convicção genericamente anti-capitalista foi suficientemente forte para cimentar a identidade coletiva dos excluídos, "dos que não tinham vez nem voz"⁽⁴²⁾. Em certo sentido, o anti-capitalismo foi o ingrediente ideológico que permitiu ao PT amalgamar sua diversidade interna, impedindo-a de tornar-se uma miscelânea político-ideológica. A qualificação socialista da democracia pretendida, e a qualidade democrática de seu socialismo, permitiram ao PT diferenciar-se, desde o início, das tradições do socialismo real e da social-democracia. Forneceu-lhe também os elementos para uma demarcação no próprio "campo popular" com os partidos de esquerda (PCB, PCdoB e MR-8) e ala progressista do MDB, que posteriormente iriam aderir à Nova República.

Antes desta fase, porém, tanto a organização quanto a ideologia do PT sofreram a influência dos ritmos da transição brasileira para o regime democrático.

Segundo Margareth Keck, nas "fases iniciais da transição, a crença amplamente difundida de que grandes mudanças eram possíveis ajudaram o rompimento de barreiras culturais, a participação popular na política e a criação do partido"⁽⁴³⁾.

No entanto, um consenso cada vez mais conservador quanto às mudanças consideradas possíveis foi se estabelecendo. Já nas eleições de 1982, o frágil consenso da oposição, quebrado pelo apelo classista e programático do PT, tornava o partido, para muitos setores da própria oposição, "utópico e sectário".

Em consequência, Keck destaca que o partido ficou marginalizado do processo político por quase toda a década de

80. Esta dificuldade de encontrar um lugar no processo de transição, caracterizado por um baixo índice de institucionalização e pelo conservadorismo já mencionado⁽⁴⁴⁾, decorria em parte da agenda do partido.

"(...) a contestação do status que incluía reivindicações tanto no plano substantivo quanto no dos procedimentos e métodos de ação. Como partido socialista, propunha mudanças radicais na orientação das políticas econômicas e sociais, para beneficiar os menos favorecidos. Como partido democrático e participativo sugeria uma nova concepção de política, na qual os setores da população anteriormente excluídos teriam poder para falar por si mesmos." (Keck, p. 14).

A exclusão da agenda político-social das elites que controlavam a transição, foi o denominador comum que cimentou a identidade coletiva entre os setores combativos do operariado industrial, outros trabalhadores e movimentos sociais de vários tipos. Esta aliança dos excluídos implicou numa restrição às definições como forma de preservar um consenso amplo em suas bases sociais.

A preservação desta identidade fez o PT isolar-se em várias conjuturas, tais como na eleição de 82, nos combates sociais de 1983 e no episódio da ida ao Colégio Eleitoral, após a derrota da campanha das diretas.

Sem conseguir expressar-se no plano eleitoral, o partido passou a dedicar-se à sua própria organização e ao reforço de sua presença na sociedade civil. Após a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 1983, as relações entre ela e o PT, não sem tensões, passaram a ser de reforço mútuo⁽⁴⁵⁾.

Enfim, caberia destacar um aspecto da relação entre

organização e ideologia que tem íntima ligação com a conjuntura daqueles anos 1979-82. As exigências para a legalização do partido eram difíceis de cumprir e todo o foco de sua ação inicial recaiu sobre ela. A campanha de filiação e organização, segundo Keck, conforme esgotavam-se os prazos, concentrava-se nos aspectos quantitativos (nº de diretórios e filiados) mais do que nos qualitativos (socialização dos novos filiados, formação de dirigentes). Logo após o partido ter obtido o registro em fevereiro de 1982, iniciou os preparativos para a campanha de 82, onde boa parte da organização de base haveria de diluir-se na dinâmica eleitoral. Ainda segundo Keck, as duas contrapartidas positivas destas dificuldades foram: 1) A pressão para uma ampliação "tendencialmente nacional" (CERRONI) de sua organização. 2) O fortalecimento de um centro dirigente nacional e de direções regionais. (46)

Nesta altura, além daquelas características já destacadas - diversidade e anti-capitalismo - assumem relevo na exposição duas tensões persistentes no PT. De um lado, a concentração da ação em questões organizativas - internas, eleitorais ou nos movimentos sociais autônomos - foi tomada como contraditória em relação ao desenvolvimento de uma identidade ideológica mais nítida. De outro lado, a tensão entre participação institucional e participação nas lutas sociais, em conexão com o tipo de clivagens políticas características no Brasil e com as relações entre Estado e sociedade-civil no país (47), mesmo evoluindo bastante ao longo das fases B e C, mantêm-se até hoje, desempenhando papel crucial no impasse estratégico que enfocamos neste trabalho.

Até meados da década de 80, quando se encerra o regime militar, o PT manteve-se relativamente isolado, defenden

do posições mais radicalizadas, mas procurando ao mesmo tempo constituir potência para tornar-se um veículo poderoso de protesto e um instrumento para operar mudanças sócio-políticas no País.

Fase B: Interdição Oposicionista/1986-1989

Uma segunda fase da trajetória petista pode ser descrita, utilizando-se com reservas a tipologia de Cerroni⁽⁴⁸⁾, como "política subalterna". Nesta fase, o partido logra apresentar-se como contra-parte à parte dominante na sociedade-civil e no Estado. No entanto, configura-se como sujeito político relevante ainda segundo uma lógica de oposição, essencialmente negativa, e não como alternativa real de poder.

Talvez por considerar que o impasse central do PT é dado pela contradição entre atuação eleitoral e atuação social, Margareth Keck considera a eficácia do PT sob o ponto de vista de sua capacidade de combinar adequadamente a promoção de interesses sociais e a regulação institucional dos conflitos daí resultantes. "O PT sempre foi mais eficaz nos momentos em que a separação desapareceu temporariamente, como por exemplo, durante a maciça campanha pelas eleições diretas em 1984." (KECK, p. 276).

Alguns aspectos desta segunda fase do PT talvez permitam situar melhor o problema.

Ele começa após os resultados mais favoráveis ao partido, nas eleições de 1985. E se desenvolve com a superação progressiva do isolamento nos primeiros meses da Nova República. Durante o biênio 1986-87, o PT procurou desenvolver-se ao longo dos dois eixos, o eleitoral e o de massas.

A agregação em torno da conquista de direitos sociais no Congresso Constituinte de 1986, obrigou o partido a qualificar suas proposições. Ao mesmo tempo, o desdobramento da administração em Fortaleza levou-o a dedicar maior atenção ao plano institucional. Como destaca nossa autora, mesmo que a tensão entre o partido e seus membros eleitos não tenha cessado, num certo sentido os eleitos de 1986 eram 'homens do partido', a começar por Lula, o que deu maior confiabilidade ao braço parlamentar petista. (49)

Ao mesmo tempo, na sociedade-civil, "o crescimento do PT e do movimento sindical elevou os custos políticos de se adiar até depois de um período de transição indeterminado as questões da desigualdade e da redistribuição de renda" (op. cit. p. 285). Reforçando sua capacidade de confronto e de negociação o PT conseguiu, após o fracasso do Plano Cruzado; e pela soma de sua base orgânica, ação parlamentar, presença nos movimentos, relação com a CUT e capacidade hegemônica, demonstrar uma visibilidade inaudita para as questões sociais relegadas pelo Governo Sarney.

Em suma, através do desencadeamento de ações vigorosas, tais como greves, manifestações, emendas populares, propaganda na mídia, ações parlamentares e outros, o PT e a CUT procuraram demonstrar que nenhum governo poderia governar sô, desconsiderando a capacidade de veto e/ou interdição da oposição.

Mas estes recursos organizacionais, de propaganda e mobilização social, embora fossem reveladores de um novo estatuto de potência, não apontavam para uma maior correspondência entre a identidade partidária e os meios utilizados. Pode-se caracterizar esta fase como "estratégia negativa", onde o

PT podia impedir outros sujeitos de realizarem seus fins, mas não era capaz de realizar os seus próprios.

Assim, dada a incompatibilidade da nova visibilidade do partido com seu grau de definições político-ideológicas e organizacionais, uma nova síntese seria tentada.

O V Encontro Nacional, em dezembro de 1987, traduziu ao longo de vários eixos (ideológico, estratégico, programático, organizacional, etc.) esta tentativa⁽⁵⁰⁾.

Do ponto de vista ideológico, o encontro enfatizou a necessidade de não se abandonar o fim socialista. Pela primeira vez tal finalidade foi desdobrada numa estratégia, cujo esboço baseava-se na dinâmica e na nomenclatura das classes sociais⁽⁵¹⁾. Adotava-se, com ingredientes gramscistas, uma estratégia democrática e popular derivada do VI Congresso da IC, cujos resultados tardios já haviam sido assistidos no Chile, em 1970. Todavia, tratava-se ao menos de uma primeira reflexão. A patente insuficiência e ambigüidade derivavam, em parte, do "desejo de traçar uma rota a meio caminho entre a esquerda revolucionária e os que procuravam uma definição mais solidamente ancorada no plano institucional" (KECK, p. 192). E, em parte, daquele persistente traço basista, que recusava-se a formular tudo o que não fosse patrimônio coletivo do PT⁽⁵²⁾.

Ressalte-se que o principal das discussões centrou-se na reorganização do partido, com vistas a preparar-se para dirigir a oposição popular na fase definida como de "acúmulo de forças".

Ao que parece, mantêm-se a tendência das discussões sobre organização abafarem a reflexão sobre estratégia. O V encontro regulamentou o direito de tendências, consolidou a

Liderança nacional da Articulação, reorganizou os mecanismos de participação de base e esclareceu as relações do PT com as instituições de sociedade-civil e com os movimentos sociais, definindo-as como autônomas e hegemônicas.

Uma política de alianças, uma tática e um programa complementaram esta preparação para uma nova situação, onde o PT se apresenta mais confiante de suas possibilidades enquanto alternativa de poder.

Em 1988, no contexto de falência do Governo Sarney, de aprofundamento da crise sócio-econômica e de profundo desgaste dos partidos da Nova República (PMDB/PFL), o PT tornou-se o principal depositário das esperanças e protestos de um eleitorado descrente do status quo.

Fase C: Dois PT'S ? /1990-92

Os desempenhos eleitorais do PT, em 1988 e 1989, representaram, simultaneamente, a culminância do processo aqui descrito como constituição de potência e a abertura de uma nova fase, com novos dilemas.

Com crescente importância política desde meados da década de 80, o PT credenciou-se, pela coerência de sua trajetória, como o veículo de protesto e esperança de transformações para milhões de brasileiros. Em 1989, diante da possibilidade real de assumir o controle do centro governamental do poder de Estado, tornou-se mais urgente para o PT a tarefa de formular uma estratégia positiva, já colocada em função das administrações municipais conquistadas em 1988.

Além disto, a evolução da conjuntura nacional (marcada pela ofensiva neo-liberal do Governo Collor) e internacional (marcada pelo desmonte progressivo do "Socialismo Real"

e pelo fim da URSS) nestes últimos três anos, ultrapassou as primeiras formulações estratégicas do PT, ambíguas e insuficientes, da época do V encontro nacional (1987).

As fases anteriores também reforçaram as exigências de institucionalização e formulação estratégica, desta última dependendo a capacidade de utilização controlada dos recursos de poder acumulados. No entanto, agora o PT era chamado a "(...) definir-se diante dos problemas de desenvolvimento da democracia política que ele mesmo suscitou" (CERRONI, 1984). Segundo a tipologia de Cerroni, o PT parece haver chegado na encruzilhada da transição da fase subalterna para a fase hegemônica. Referindo-se à dialética partido-Estado, este autor afirma que, nesta encruzilhada, o partido é chamado a dar "estrutura orgânica à sua estratégia". Ora, dado o melhor desempenho do PT no eixo da institucionalização, em relação ao da ação estratégica⁽⁵³⁾, seria útil inverter a proposição de Cerroni, dizendo que cabe ao PT fornecer uma estratégia à sua organização. Vale dizer, uma concepção geral sobre seu socialismo democrático e uma ~~reposta~~ sistemática à pergunta sobre os caminhos a serem percorridos, o que envolve, como se viu, requisitos bem mais complexos do que a "combinação das lutas sociais com as reformas radicais na disputa pela hegemonia", além da ineliminável tensão de excedência dos meios.

Mesmo que uma certa indefinição estratégica tenha sido importante durante a fase de crescimento do partido, ela não pode continuar sine die, pois a contradição entre fins propugnados e meios construídos tende a agravar-se, dilacerando o partido na dupla crise ideológica e orgânica; ou a resolver-se no sentido de uma irreversível inversão entre meios e fins, o que corresponde a uma negação cabal da identidade

socialista do PT.

Vejamos, finalmente, algumas das dimensões em que se desdobra o impasse estratégico do PT. Tal impasse, é bom lembrar, foi definido em termos de incapacidade para controlar a excedência dos meios, seja pela exacerbação doutrinária dos fins, seja pelo empirismo taticista, ou ainda pela autonomização dos meios organizacionais.

A crise ideológica do PT, em primeiro lugar, traduz a profunda crise do projeto socialista neste final de séc.XX, decorrente do desmonte do "Socialismo Real" e do esgotamento do Welfare State. Mesmo tendo reafirmado sua distância em relação às duas tradições, o PT de pronto reconheceu o profundo impacto deste virtual colapso do socialismo sobre todas as forças de esquerda, em particular no terceiro-mundo⁽⁵⁴⁾.

Tendo apostado, desde o início, em uma reconstrução do projeto histórico socialista com base num conceito radical de democracia - onde esta é concebida como um processo de universalização da cidadania e de socialização dos recursos de poder -, o PT reconhece que tal reconstrução exigirá um trabalho específico de formulação teórica⁽⁵⁵⁾, mas ao mesmo tempo remete uma vez mais a solução da questão às "aspirações concretas das massas oprimidas a uma existência digna" (VII Encontro, 1990, p. 29).

Com o socialismo, a crise dos marxismos repercute no partido dos trabalhadores. A inspiração genérica, diversificada e não exclusiva nas diversas vertentes do marxismo, embora responsável por alguns dos traços anacrônicos do PT⁽⁵⁶⁾, fornecia ao partido uma concepção geral e unitária sobre o mundo. Num certo sentido, era a partir desta representação que o partido oferecia à sociedade uma alternativa global, já

que ela era uma das "sínteses superadoras" do particularismo corporativo típico da fase A do PT.

Esta crise ideológica desdobra-se também ao nível programático. O fim do keynesianismo e a falência da planificação central complementam-se, com o que, "a esquerda viu-se despojada do repertório de argumentos com os quais seus antecessores sustentavam a afirmação de que elevar o padrão de vida da maioria do povo era um bem universal que beneficiaria toda a sociedade" (KECK, 1992, p. 281).

Atualmente, um consenso tão amplo quanto frágil parece ter se estabelecido, em torno de idéias como papel do mercado, remuneração do capital, retração do Estado, privatização das decisões sobre investimento, etc.⁽⁵⁷⁾. Frente a um tal consenso, o programa "democrático popular" do PT tem buscado, segundo Keck, enfrentar o neo-liberalismo sem recair no estatismo desenvolvimentista característico do contexto latino-americano⁽⁵⁸⁾.

Grosso modo, uma ruptura tão violenta nas referências teórico-ideológicas como esta, tem sido traduzida internamente como disputa entre "ortodoxos" e "heterodoxos". Utilizando a imagem elaborada por José M. Martins, no texto já citado, o PT parece vítima de uma esquizofrenia, a "meio caminho entre a nostalgia e o desejo". Nostalgia de algo que já não pode^N contentar em ser, ou seja, um partido subalterno inspirado pelo marxismo ortodoxo e movido por uma lógica particularista de oposição, pois é agora uma real alternativa de direção hegemônica no Brasil. É desejo "esquizoide e mal dissimulado" de capitular pura e simplesmente à lógica reprodutiva de mandatos parlamentares, postos no executivo e máquinas sindicais. Contentando-se em tornar-se uma alternativa subsidiá-

ria de um projeto de modernização capitalista no Brasil, com diferenças mais de ritmo e forma do que de conteúdo em relação às vertentes neo-conservadoras, liberais ou social-democratas.

Note-se que a tradução do impasse em termos de oposição ortodoxia x heterodoxia, como num dilema, reflete em si aquela percepção polar sobre os conflitos, índice da ausência de estratégia - por definição, afim a uma visão mais policêntrica destes mesmos conflitos. Segundo Keck, embora esta seja uma característica do PT, "sua experiência, ao traduzir a lógica polarizada em prática política, ajudou a desenvolver ' uma visão mais pluralista das alternativas" (p. 277, 1992). Vale conferir o âmbito organizacional da crise de identidade, logo abaixo.

Contudo, caberia ressaltar ainda uma vez a autonomia relativa e a centralidade da crise ideológica para o impasse característico da crise de identidade do PT. Não se trata de um epifenômeno decorrente das novas funções e responsabilidades assumidas pelo partido com a nova conjuntura pós 1988-89. Neste caso, a desradicalização e desideologização ('("heterodoxas"), com sua contra-face ofensivista e doutrinária ("ortodoxia"), seriam apenas uma decorrência da institucionalização e seus sub-produtos (oligarquização e autonomização da organização em relação aos seus fins). Neste caso, retornaríamos à Michels e Duverger, no máximo com a análise sistêmica de Sartori para complementar a abordagem organizacional.

Sob a rubrica de crise orgânica, situa-se o dilema estratégico propriamente dito, a tensão entre tática e estratégia e as dificuldades organizativo-operacionais.

Em termos gerais, o impasse estratégico petista decorre do beco sem saída em que as duas modalidades clássicas de transição ao socialismo chegaram. A revolução e o reformismo revelaram-se incapazes de realizar tal movimento. E todas as tentativas de uma terceira via fracassaram, nem bem "melhoraram a vida sob o capitalismo" e nem bem foram "além do capitalismo", para retomar a tarefa dual e contraditória dos socialistas, segundo Przeworski.

Para Cerroni, os problemas de uma estratégia democrática para o socialismo decompõem-se numa dialética de força-consenso⁽⁵⁹⁾. Conforme esta afirmação, o PT opera com o conceito de "disputa pela hegemonia", desde o V encontro, visando suprimir as fronteiras entre reforma e revolução mediante um movimento processual e polimorfo de transformações sociais e institucionais⁽⁶⁰⁾.

A dissociação tática-estratégia talvez ilustre melhor as dificuldades da dialética reforma-revolução. Como vimos no item III, sobre os aspectos táticos da contradição meios-fins, a absolutização da busca de eficácia imediata tensiona o nexo entre objetivos de curto e longo prazo; seja como "finalismo doutrinário" ou "taticismo empírico", o efeito da dissociação redundava em impotência estratégica.

Ao pensar esta contradição em termos de descompasso na atuação social e institucional do PT, Margareth Keck retoma a dialética entre sistemas de solidariedade e sistemas de interesse, de Pizzorno. A institucionalização traz uma especificação das arenas de conflito, onde a necessidade de barganhar interesses compromete a comunidade de destino, dissociando instrumentalidade e identidade⁽⁶¹⁾.

Tal formulação possui grande acuidade descritiva,

mas reproduz a percepção polar dos próprios petistas. Desde meados dos anos 80, enquanto a ação institucional do PT volta-se para a penetração e democratização do Estado, sua ação na sociedade-civil "se dedicava e fortalecer os atores sociais cujo recurso político mais potente era a capacidade de confronto" (KECK, p. 276).

Bem, isto realmente introduziu áreas de desigualdade na experiência dos petistas face ao exercício de governo e à formulação de políticas públicas. Como resultado, cristaliza-se no partido uma tensão entre "corporativos" e "legalistas". Justaposta à que o cindiu entre "ortodoxos" e "heterodoxos". Embora não sejam artificiais ou mesmo irrealistas, tais clivagens obscurecem o problema da "renúncia prática à ação estratégica".

Seja nos movimentos sociais ou nas instituições políticas, o problema maior reside num padrão de comportamento político pragmático, espontaneista e maximizador de ganhos imediatos. Paradoxalmente, para utilizar uma imagem certamente estereotipada, a flexibilidade "excessiva" da liderança parlamentar responsável tem em comum com o doutrinário "exacerbado" do líder sindical xiita. O fato de que ambos redundam na despotencialização da capacidade estratégica do PT.

Esta dificuldade de conectar táticas específicas à uma síntese estratégica tem sido visível em várias conjunturas nestes últimos anos - na experiência do governo paralelo, nas administrações municipais, na política de alianças das eleições de 90, na posição da CUT em relação ao pacto social, etc. (62).

Os dois encontros nacionais realizados neste período, embora tivessem como centro temático o socialismo (1990)

e a estratégia (1991), pouco avançaram em relação aos issues mais delicados da questão⁽⁶³⁾.

Aliás, na falta de soluções para os impasses, o PT tem retomado, tanto nas eleições de 1990 quanto na crise atual do governo Collor, um tom oposicionista mais próximo da fase B⁽⁶⁴⁾.

Resta ainda comentar a dimensão orgânica da crise de identidade do PT, na qual fica mais evidente porque as ambigüidades não podem ser mantidas sine die.

Como já foi destacado na seção II, os problemas aqui descritos como excedência dos meios e referidos ao plano estratégico-operacional da contradição correspondem aos que a sociologia das organizações designa, desde Michels, como oligarquização ou retração da esfera de controle democrático. Relacionam-se também com a expansão das áreas de desigualdade em sistemas de solidariedade, analisada por Pizzorno.

Novamente, Margareth Keck se mostra otimista ao avaliar a relação entre institucionalização e perfil da participação dos filiados na vida interna do PT:

"Contudo, apesar do desenvolvimento da vida interna do PT como fonte de oportunidade para 'carreiras' dentro do partido (nos quais os incentivos seletivos são quase exclusivamente de status e não materiais), ele não perdeu seu caráter de movimento, uma "comunidade de destino" cujo desenvolvimento continua basicamente fundamentado em incentivos coletivos. Embora em seu processo de institucionalização a organização tenha se tornado valiosa em si mesma, e sua sobrevivência tenha se transformado em objetivo central, a identificação da organização com seus fins continua excepcionalmente forte." (1992, p. 284).

No entanto, o próprio PT reconheceu, em 1990, dificuldades nesta identificação:

"É nítido o descompasso entre o crescimento da importância do PT e o crescimento da sua estrutura orgânica. Há lacunas evidentes no desempenho do Partido tanto no plano institucional quanto no plano do movimento social. Muitos criticam o funcionamento real da democracia interna e se queixam de que o partido se afastou de suas origens, fechando-se para a massa de trabalhadores e correndo o perigo de elitizar-se e burocratizar-se. Outros vêem na atuação partidária desvios eleitorais. (...) O processo de definição estratégica para o socialismo exige um avanço na definição da estrutura organizacional, embora muitas vezes ocorrem defasagens nestas definições". (VII Encontro, pp. 31-32).

Não importa se estas são, de fato, as questões orgânicas mais problemáticas, mas sim que estes problemas organizativos impactam tanto a "identificação com os fins", quanto a natureza democrática e militante da participação individual na vida interna do partido. (65)

É a própria Margareth Keck quem destaca o peso e a dependência da institucionalidade na vida organizativa do PT.

Desde a campanha pela legalização em 1980-81, passando pelas eleições de 1982, 1985, 1986, 1988, 1989, 1990 e 1992, até a estreita correlação entre a visibilidade do PT e o desempenho político de seus parlamentares e prefeitos, a agenda petista gira, cada vez mais, em torno de coeficientes eleitorais. Mesmo a máquina organizativa encontra dificuldades para expandir sua burocracia, dada sua enorme dependência em relação aos recursos financeiros e de mobilização dos mandatos e administrações, direcionando seus meios e sua eficácia para a reprodução e ampliação destes.

Por outro lado, mesmo se considerarmos o novo desenho institucional, aprovado pelo I Congresso e ainda em fase de implantação, as medidas democratizantes lá contidas⁽⁶⁶⁾ , não parecem suficientes para reverter, seja a oligarquização do processo decisório, controlado pelo círculo interior, seja a mudança no perfil da participação, com a queda da taxa de militância na vida interna (intelectual e organizativa) e sua restrição à mobilização episódica, eleitoral ou nas grandes questões polarizadoras (*directed Id , impeachment , et . .*)

Naturalmente, o impasse estratégico do PT coloca em questão seu perfil futuro. Embora tal crise não seja total nem totalmente catastrófica, ela faz lembrar da advertência de Przeworski:

"A luta para melhorar o capitalismo é tão essencial quanto sempre foi. Contudo, não devemos confundir essa luta com a busca do socialismo." (p. 290).

Cabe ao PT, segundo o desafio que ele mesmo se colocou, integrar as duas dimensões de sua práxis política numa síntese estratégica.

IV - ASPECTOS METODOLÓGICOS

IV.1 - Hipóteses, Variáveis e Indicadores

As perguntas formuladas na introdução deste esboço de projeto de pesquisa exigiram muitos esclarecimentos conceituais. O grau de generalidade em que o problema foi apresentado não permite mais do que uma proposta de estudo exploratório de caso. As hipóteses abaixo são de difícil operacionalização e verificação, não se prestando a generalizações de qualquer tipo. De todo modo, foram elas que emergiram ao cabo do esforço conceitual realizado nas duas seções anteriores⁽⁶⁷⁾.

Hipótese Principal

Na medida em que não consegue formular e implementar uma estratégia consistente com sua identidade socialista e democrática, o PT vive um impasse, que se manifesta numa dupla crise, ideológica e orgânica.

Esta crise é definida pela contradição entre meios e fins. Os meios organizativos se autonomizam em relação aos fins, voltando-se para sua própria reprodução ampliada. E os objetivos táticos se dissociam dos fins estratégicos⁽⁶⁸⁾.

Esta dupla inversão entre meios e fins põe em crise e identidade socialista do PT.

Hipótese Auxiliar

Até agora, o PT manteve irresolvido o impasse adotando um perfil dual de ação, tensionado entre "a luta para

melhorar a vida sob o capitalismo" e a "busca do socialismo". A ambigüidade aĩ contida estã expressa no conceito chave de disputa pela hegemonia.

No entanto, a inversão entre fins e meios tende a solapar a tensão que subjaz ã esta ambigüidade, resolvendo-a a favor dos meios. Portanto, com a negação da identidade socialista do PT, tal como forjada nas fases A e B da trajetória partidãria⁽⁶⁹⁾.

Hipótese Auxiliar - 2

A reversão desta tendência depende de um esforço consciente do PT como sujeito coletivo, no sentido de resolver a crise ideológica e organizativa preservando sua identidade socialista e democrática.

Isto implicaria, por sua vez, uma representação mais sistemática de seus fins e na formulação mais especificada de uma estratégia consistente com eles.

Variáveis

- A) Independente: Estratégia política (nominal)
- B) Dependente: Identidade Socialista (nominal)
- C) Intervenientes: Crise ideológica e organizativa (ordinal)

Indicadores

Dados os níveis de agregação e abstração das variáveis, não conseguimos quantificar os indicadores utilizados para compor seus índices. Assim, o controle empírico das hipóteses que correlacionam as variáveis acima, dependerã de infe -

rências feitas a partir das respostas obtidas nas entrevistas estruturadas. A relação entre os dados assim obtidos e as hipóteses formuladas será mediada pelo quadro de referência fornecido pelos indicadores.

A) De acordo com o exposto nas seções II e III, os indicadores da presença ou ausência de uma estratégia política na ação de um sujeito coletivo institucionalizado são os seguintes:

- 1) Explicitação dos fins gerais que o sujeito coletivo atribui à sua ação. Avaliação dos limites e possibilidades contextuais de realização destes fins.
- 2) Identificação dos atores potencialmente envolvidos nos conflitos relacionados com estes fins. Visão polar ou policêntrica dos conflitos. Seleção dos atores potencialmente aliados, neutros e adversários em relação a estes fins.
- 3) Especificações táticas para cada conjuntura⁽⁷⁰⁾. Uma tática consistente com uma estratégia de mudança em direção a outro status quo, envolve três movimentos opostos e complementares: a denúncia, que visa deslegitimar a situação atual; a propaganda, que visa ampliar o consenso em torno de uma alternativa global; propostas factíveis, que visam resolver os problemas conjunturais sobre os quais incide a tática.
- 4) Formulação de uma estratégia operacional voltada para a construção e disposição dos meios necessários e consistentes com a natureza dos fins.

B) A preservação ou redefinição da identidade coletiva socialista e democrática do PT, pode ser observada de dois modos. A coerência do discurso ideológico petista, observada através da análise diacrônica de suas principais resoluções programáticas. E a observação da correspondência entre identidade coletiva do partido e auto-definição individual dos entrevistados. Os matizes desta correspondência podem ser observadas com base no parâmetro fornecido pelas resoluções oficiais do partido.

C) A percepção dos dirigentes sobre a intensidade alta ou baixa da crise ideológica deve ser observada ao longo de dois eixos temáticos: 1) o projeto socialista e democrático face ao fim do socialismo real, à crise da social-democracia e à ofensiva ideológica neo-liberal. Neste eixo, a intensidade é dada pela capacidade dos entrevistados diferenciarem o mais especificamente possível seu projeto de futuro em relação a estas alternativas. 2) o caminho para que se possa concretizar algo consistente com o projeto de futuro esboçado. A distância entre as afirmações 1 e 2, ou a incapacidade de responder 1 e 2, indicariam alta intensidade da crise ideológica.

Também a percepção sobre a intensidade da crise orgânica poderá ser observada ao longo de dois eixos: 1) A maior ou menor identificação da máquina partidária com seus fins democráticos e socialistas. 2) Os limites e possibilidades dos indivíduos exercerem controle democrático sobre os processos de participação e decisão internos.

Observação Final

Naturalmente, cada um destes "indicadores" consti-

tuem em si mesmos variáveis altamente agregadas. Se houvesse sido possível desdobrá-los a fim de operacionalizar sua quantificação, ter-se-ia um tipo de estudo bastante distinto.

IV.2. Referencial Empírico e Procedimento para Obtenção dos Dados:

Dada a natureza do problema e o grau de abstração das hipóteses, considerou-se o seguinte universo de membros do PT a serem entrevistados: 1) os membros do diretório nacional em Minas Gerais. 2) os deputados mineiros da bancada federal do PT. 3) os deputados do PT na Assembléia Legislativa-MG. 4) os membros da Comissão política do diretório estadual do PT-MG.

No roteiro da entrevista, as perguntas encontram-se divididas em cinco blocos: identificação, ideologia, estratégia, tática/programa, organização.

As perguntas contidas em cada bloco e a estruturação de alternativas-padrão para as respostas foram formuladas de acordo com os pontos críticos e tensões salientados nas seções II e III. Foram introduzidas perguntas de verificação como forma de controlar respostas evasivas ou standard (reprodução dos documentos partidários). O roteiro concebido para a entrevista é semi-estruturado, como se vê abaixo:

Roteiro da Entrevista

Dado o caráter exploratório deste estudo de caso, a entrevista visa principalmente recolher subsídios para o detalhamento - ou abandono - das hipóteses e variáveis contidas no projeto de pesquisa.

O roteiro é semi-estruturado, podendo ser desdobrado no curso da entrevista em função de dois objetivos: 1) aprofundar algum ponto específico. 2) registrar alguma questão nova e relevante (insight). As observações referem-se a intervenções caso as questões ali destacadas não sejam abordadas na resposta.

Bloco 1: Dados Pessoais

- 1) Nome?
- 2) Idade?
- 3) Sexo?
- 4) Profissão?
- 5) Religião?
- 6) Naturalidade?
- 7) Cidade onde reside?
- 8) Cidade onde residiu mais tempo nos últimos dez anos?
- 9) Grau de instrução?
- 10) Ano de filiação ao PT?
- 11) Por que se filiou ao PT?
 Obs.: atuação em movimentos sociais, entidades estudantis, sindicais, etc. motivos ideológicos, morais, éticos, programáticos, outras afinidades.
- 12) Qual o cargo que ocupa e/ou a função que desempenha no PT?
 Obs.: Desde quando?
- 13) Você ocupa ou já ocupou algum cargo de direção em algum setor do movimento social?
 Obs.: Qual? Quando?
- 14) Você é ou já foi membro de alguma tendência?
 Obs.: Qual?

- 15) Se já foi e não é mais, por quê?
- 16) Se ainda é, por quê?
- 17) Antes de filiar-se ao PT, você já pertenceu a outro partido político?
- Obs.: Qual? Por que você se desligou dele(s)?

Bloco 2: Socialismo

- 18) O que você entende por socialismo nos dias de hoje?
- 19) Você acha que o socialismo pode ser uma alternativa de organização social e política à crise atual do mundo contemporâneo?
- 20) Como você caracterizaria os seguintes termos:
- A) Socialismo democrático
 - B) "socialismo real"
 - C) social-democracia
 - D) capitalismo neo-liberal
- 21) Na sua opinião o PT deve definir-se como um partido socialista?
- Obs.: Por quê?
- 22) Numa sociedade socialista (ou no tipo de sociedade futura que você deseja e creê possível), como seriam:
- A) As formas de propriedade (hierarquizar)?
 - B) O exercício da democracia (parlamentos, conselhos, etc.)?
 - C) As forças armadas?
 - D) O mercado e o planejamento estratégico?
 - E) A forma de governo?
 - F) O papel do Estado na economia (políticas sociais, investimentos, comércio exterior, moeda, etc.)
 - G) O parlamento (forma de eleição, funcionamento e atribuições)?

- H) O desenvolvimento tecnológico e a ecologia?
- I) A Constituição e o direito?
- J) A cultura (estatal, popular, erudita, de massas, mercado, etc.)?
- K) A religião (haverá ou não, haverá liberdade de crença)?
- 23) Em sua opinião, as formulações do PT sobre o socialismo são satisfatórias?
- Obs.: Por quê?

Bloco 3: Estratégia

- 24) O que você entende por "estratégia"?
- 25) Tendo em vista o seu posicionamento sobre a sociedade futura desejável (não necessariamente socialista), você acha que o PT deve especificar as condições ou o caminho necessários para atingi-la? Ou seja, você acha que o PT deve ter uma estratégia definida?
- Obs.: Por quê? Até que ponto?
- 26) O PT possui hoje um conjunto de formulações sobre o "caminho para o socialismo". Tanto no que diz respeito ao conteúdo, quanto no nível de especificação, você as considera satisfatórias?
- Obs.: Por quê? Em que medida?
- 27) Em sua opinião, qual deve ser a posição do PT sobre o uso da força (violência) num possível processo de transformação da sociedade brasileira?
- 28) A não-violência é um valor universal?
- Obs.: Por quê?
- 29) A força pode ser utilizada em situações particulares?
- Obs.: Quais?

30) É possível um uso controlado da violência em conflitos políticos?

Obs.: Por quê? Como?

31) Você concorda com a afirmação de que o "uso legítimo da violência é monopólio do Estado"?

Obs.: Por quê?

32) Quais as condições para que a maioria da população rejeite a sociedade capitalista?

33) Quais as condições para que a maioria da população opte pelo socialismo?

34) A transição do capitalismo para o socialismo pode ser feita sob condições democráticas?

Obs.: Tais condições envolvem: funcionamento independente do parlamento e do judiciário; constituição e direitos civis em vigor, pluralismo partidário, liberdade de expressão e manifestação, acesso ao poder por via eleitoral.

Obs.: Por quê? Como? Há exceções? Quais?

35) Na sua opinião, os objetivos de curto prazo ("táticos") e os objetivos de longo prazo ("estratégicos") do PT podem ser conciliados?

Obs.: Por quê? Como?

36) Você acha que o PT deveria fazê-lo?

Obs.: Por quê?

Bloco 4: Organização

37) Na sua opinião, qual deve ser o perfil organizativo de um partido socialista?

Obs.: Quanto às exigências para a filiação ao partido; quanto às formas de participação de seus membros na vida orgânica

nica e intelectual do partido; quanto ao modo de escolher os dirigentes e de tomar decisões; quanto à forma de solucionar conflitos internos; quanto ao relacionamento com os membros que detêm cargos eletivos; como ele deve relacionar-se com a sociedade em geral e com os movimentos sociais em particular; quanto aos mecanismos de informação e formação internos; etc.

38) Em suas ações políticas, você acha que os partidos conseguem compatibilizar a busca eficaz de resultados com um processo democrático de tomada de decisões e encaminhamento daquelas ações?

Obs.: Por quê? De que forma?

39) O funcionamento do PT pode ser considerado democrático?

Obs.: Por quê?

40) Como você avalia o crescimento do PT nos últimos anos?

Obs.: Crescimento eleitoral, nº filiados, nº de diretórios municipais, imprensa partidária, etc.

41) Tendo em vista o seu posicionamento sobre a sociedade futura possível e desejável, quais os recursos organizacionais que o PT precisaria dispor para lutar por ela?

Obs.: Imprensa, nº de filiados, tipo de filiados, recursos financeiros, centros de pesquisa e assessoria, nº de parlamentares, etc.

42) Na sua opinião, que consequências orgânicas têm para o PT os seus desempenhos eleitorais em 1988, 1989, 1990 e 1992?

43) Você considera a organização do PT compatível com sua identidade socialista e democrática?

Obs.: Por quê? Que instituições ou procedimentos estariam faltando? O que estaria sendo incompatível?

45) O que você entende por:

1) Partido eleitoral de massas. 2) partido revolucionário de quadros. 3) partido social-democrata. 4) partido eleitoral de "personalidades". 5) partido ideológico de massas.

46) O que você entende por burocratização?

47) Você considera possível o PT conciliar a expansão de sua máquina organizativa, o crescimento de sua participação institucional e o crescimento de sua participação nos movimentos sociais?

Obs.: Por quê? Como?

48) Na sua opinião, como o PT será nos próximos anos?

Obs.: Nos eixos ideológico, programático, organizacional e tático.

V - NOTAS

Seção I

- 1 - MICHELS, Robert. As tendências burocráticas das organizações partidárias. In: CARDOSO, Fernando H. e MARTINS, Carlos E. (org.). Política e Sociedade. São Paulo, Companhia Editora Nacional, s.d. volume 2.
- 2 - GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. 2ª edição. Cf. principalmente o item 2 da parte II, "Robert Michels e os partidos políticos".
- 3 - As expressões entre aspas são de Wanderley Guilherme dos Santos e Umberto Cerroni, respectivamente.
- 4 - DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987. 3ª edição. Ver especialmente o livro I, "A estrutura dos partidos".
- 5 - A classificação de Duverger, na verdade, é a base desta tipologia, tal como a encontramos no verbete sobre sistemas partidários do: BOBBIO, N. (et al.) Dicionário de Política. Brasília, UNB, 1991. 3ª edição. volume 2.
- 6 - SARTORI, G.. Partidos e Sistemas Partidários. Brasília, UNB, 1982. Especialmente a parte I, "A Rationale: porque partidos?".
- 7 - CERRONI, Umberto. Teoria do Partido Político. São Paulo, ed. Temas de Ciências Humanas, 1982.
- 8 - As três conferências de Cerroni, pronunciadas em 1975, baseiam-se fortemente nos fragmentos Gramscianos. Uma definição mais enfática em relação ao papel da consciência na práxis política, embora talvez ainda mais generalista, seria a seguinte: "Partidos são sujeitos coletivos, não espontâneos, voluntários e institucionalizados,

que se arbitram fins e buscam realizar uma intenção estratégica através do exercício de sua capacidade hegemônica".

- 9 - Cf. SARTORI, op. cit. pp. 156-244 (capítulo 6).
- 10 - Ver seção III e notas.
- 11 - Nas palavras céticas com que Adam Przeworski expressou-se recentemente:
 "Se as únicas idéias sobre uma nova ordem social têm origem hoje na Direita, isso acontece porque o projeto socialista - (...) - fracassou no leste e no oeste. Na verdade, os valores de democracia política e justiça social continuam a guiar os social-democratas como eu, mas social-democracia é um programa para aliviar os efeitos da propriedade privada e da economia de mercado, e não um projeto alternativo de sociedade". Atrás da Cortina Rasgada. Jornal do Brasil, 15.07.90.
- 12 - OFFE, Claus. A "ingovernabilidade": sobre o renascimento das teorias conservadoras da crise. in: ————. Problemas estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984. pp. 236-260.
- 13 - Ver Seção II e notas.

Seção II

- 14 - Na verdade, trata-se de um triplo deslocamento de enfoque. Do ponto de vista metodológico, o que se pretende é tentar compreender como o contexto sócio-político se articula com o processo de tomada de decisões e a conduta autônoma de um sujeito coletivo como o PT.
 Considera-se a abordagem estratégica da política, como reflexão orientada para o espaço social global dos conflitos, analiticamente produtiva quanto ao esforço de se tentar evitar tanto os riscos do determinismo quanto os do voluntarismo.
 Preocupação neste sentido é manifesta por Margareth Keck,

no livro já comentado, onde a autora adota um enfoque interativo entre contextos estruturais e ações intencionais dos agentes. Nesta interação, seguindo a linha sugerida por Theda Skocpol e outros, a ênfase maior é dada ao pólo contextual/estrutural.

E Fábio W. Reis, em vários trabalhos, discute as possibilidades epistemológicas abertas pela integração dos paradigmas representados pela teoria sociológica convencional e pela teoria da escolha racional, mesmo enfatizando que esta última constituiria o ponto de partida analítico e normativo mais adequado.

Ao que parece, mesmo que certas ênfases e pressupostos sejam mantidos, as tradições metodológicas coletivistas e individualistas empenham-se na construção de uma nova síntese paradigmática nas ciências sociais.

De Fábio W. Reis, ver especialmente:

REIS, Fábio Wanderley. Política e Racionalidade. Belo Horizonte, UFMG/PROAD. 1984.

_____. Identidade, Política e a Teoria da Escolha Racional. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 6, volume 3, fevereiro de 1988. pp. 26-38.

- 15 - O todo organizacional é que torna real a constituição dos sujeitos coletivos, vinculando e operacionalizando um sistema de solidariedade (Pizzorno). Ademais, uma vez constituído tal sujeito coletivo, a capacidade deste afirmar-se frente ao "sistema geral de interesses é, em ampla medida, um problema de organização". (REIS, 1984). Esta capacidade se manifesta não "apenas em termos de distribuição e exercício de poder entre agentes, mas, também, considerando-se os agentes coletivos, internamente a tais agentes, em termos tanto de uma produção de poder para exercício externo como da articulação desse aspecto com a própria distribuição interna de poder. (...)" (idem, ibidem, p. 148).

Deste modo, os fluxos verticais de direção, por exemplo, são impensáveis sem os mecanismos de deliberações e controle, mais ou menos democráticos. No caso de um partido político, tais mecanismos devem ser, em alguma medida, democráticos, já que a legitimidade e a representatividade

de das direções dependem disto para conseguir coordenação em torno de linhas de ações coletivas. Ademais, mesmo nas forças armadas, as cadeias hierárquicas de comando/obediência envolvem também estruturas de controle, através dos quais os escalões inferiores podem reportar-se aos superiores, influenciando nos processos de tomada de decisões. Também as decisões não são pensáveis sem as ações correspondentes, salvo por defeito organizativo. Ou, vice-versa, em ações que não correspondam, em certa medida ao menos, às decisões e encaminhamentos. Eis o sentido de se falar em "todo organizacional".

- 16 - Cf. REIS (1984), principalmente a introdução.
- 17 - Ver na Seção I, as notas bibliográficas.
- 18 - Na era dos catch all parties, as concepções gerais são vistas como positivas apenas, e na medida em que, são funcionais à manutenção da lealdade de suas bases; o limite desta funcionalidade encontra-se justamente no ponto a partir do qual a ideologia torna-se um obstáculo à participação pragmática na competição eleitoral. Cf. REIS, 1984, p. 143.
- 19 - A distinção entre os dois usos do conceito de ideologia, na Sociologia Política e na Sociologia do Conhecimento, é estabelecida por Giovanni Sartoni, num texto de 1970. Apud Reis (1988a).
- 20 - Ver, para uma resenha da reflexão filosófica contemporânea sobre ideologia: PERINE, Marcelo. Filosofia e Crítica das Ideologias. In: Síntese nº 52, jan-mar. 1991.
- 21 - Idem Ibidem, nota 06.
- 22 - Ver, sobre as relações entre procedimentos e fins, dois ensaios de Claus Offe e um artigo de Jürgen Habermas: OFFE, Claus. Critérios de racionalidade e problemas funcionais da ação político-administrativa. In: ————. Problemas do Estado Capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasi

leiro, 1984. pp. 216-232.

———. Teoria do Estado e Política Social. In: op.cit. pp. 10-53.

HABERMAS, Jürgen. Soberania Popular como Procedimento. In: Novos Estudos. Cebrap; n^o 26, março 1990.

- 23 - "O termo 'intenção' é empregado, neste trabalho, porque traduz a existência de uma vontade, não necessariamente a existência de um projeto organizado em torno de possibilidades, meios e etapas para consecução de fins previamente definidos". (p. 58), CAVAGNARI F^o, Geraldo :. Autonomia Militar e Construção da Potência. In: RIZZO, Eliézer (et. al.). As Forças Armadas no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo. 1987.
- 24 - PIAGET, Jean. Estudos Sociológicos. Rio de Janeiro, Forense, 1973.
- 25 - Sobre as relações entre tática e estratégia, ver:
ANCONA, Clemente. Tática/Estratégia. In: Enciclopédia Einaudi Vol. 14 (Estado-Guerra). Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.
ARON, Raymond. Pensar a Guerra: Clausewitz. Brasília, UNB, 1986. Volume 1, A Era Européia.
- 26 - Observar trecho na página n^o 18-texto. Sobre a concepção 'de Partido Político em Lênin, ver notas bibliográficas. - Conferir sobre a estrutura de C³igb, o trabalho apresentado no XV Encontro Nacional da ANPOCS, em Caxambu-MG, em 1991:
PRENÇA Jr., Domício. Defesa Mínima Suficiente para o Brasil. cópia xerografada.
- 27 - O fundamento desta tensão reside no seguinte fenômeno:
"O gigantesco desenvolvimento das forças produtivas patrocinado pelo capitalismo (tecnologia, ciência, teoria, comunicação e cultura) significou um salto radical da consciência na composição orgânica da práxis. Não obstante, essa subjetividade que penetrou em tudo, não adquiriu globalmente uma correspondente consciência de si, ou seja, de suas imensas possibilidades". (Genro F^o, 1987a, p.52).

28 - PIZZORNO, Alessandro, KAPLAN, M. e CASTELLS, Manuel. Participación y Cambio Social en la Problemática-Contemporánea. Buenos Aires, SIAP, 1976.

Cópia xerográfica do texto de Pizzorno, "Introducción al Estudio de la Participación Política".

29 - A idéia é de Adelmo Genro Filho, em conferência pronunciada no Centro de Estudos de Filosofia e Política (CEFIP), em Porto Alegre, 1987.

30 - Cf. Reis (1984), pp. 122-139.

"De maneira específica, (...) trata-se entre outras coisas de examinar como os aspectos 'sociológicos' em questão servem de substrato favorável ou desfavorável aos aspectos estratégico-organizacionais da constituição de sujeitos coletivos (de sistemas de solidariedade) e da deflagração de ação coletiva." (REIS, 1984. p. 136). Ver, sobre as "imbricações" entre estratégia e contexto institucional, os capítulos IV e V da 2ª parte do livro de Reis (1984).

Seção III

31 - No item anterior procurou-se discutir os aspectos "abstratos", inerentes a uma abordagem estratégica da política. Neste caso, não se discute qual estratégia tem o PT, mas sim se ele dispõe de uma ou não, e o porquê disto. Ademais, discute-se as implicações da eventual ausência de uma estratégia para a crise ideológico-organizacional identificada neste partido. Claro que não ter, deliberadamente, uma estratégia, pode ser em si mesmo, um indicador relevante sobre a variável "estratégia".

32 - Periodizações, mesmo como recursos expositivos, são adequadas ao aspecto do problema cujas variações no tempo se quer salientar. Neste sentido, a trajetória do PT comportaria tantas periodizações quantos fossem os problemas por ela suscitados. Uma periodização não é uma cronologia: ela

é, em grande medida, uma intervenção metodológica que 'reconstrói' e 'delimita' o objeto histórico, retirando-o de seu curso 'espontâneo'.

A periodização, bem como a intuição geral sobre este projeto de pesquisa, foram extraídos de um texto de José M. Q. Martins, escrito em 1991, durante a preparação do I Congresso do PT.

- 33 - Para uma análise dos anos iniciais do PT, ver:
 GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. Prã que PT. São Paulo, 1989.
 KECK, Margareth. PT: A lógica da diferença. São Paulo. Ática, 1992.

Os documentos do PT consultados foram:

Manifesto e Programa (1980-fundação); Projeto Político do PT (1983-CEN); Resoluções do V Encontro Nacional (1987); Carta Eleitoral (1982-I encontro Nacional); Projeto de Constituição Federal (1987-DN); Posição Final: dizer não à Carta e assiná-la (1988-DN); Bases do PAG (1989-VI Enc. Nac); Resoluções do VII Enc. Nac. (1990); Resoluções I Congresso (1991); Modo Petista de Governar (1992-DN).

- 34 - Cf. capítulo 05, op. cit. Keck (1992).
 Procura-se destacar apenas os aspectos que interessam mais proximamente ao presente projeto de pesquisa.
- 35 - Esta institucionalização culminou, após longo processo de disputas e debates, na regulamentação das tendências aprovada no V Encontro, em dezembro de 1987. Esta institucionalização levou, por um lado, à transformação das frações organizadas em tendências; e, por outro lado, fez a coalizão majoritária assumir-se plenamente como uma tendência. Cf. Keck (op. cit. pp. 133-142) e GADOTTI (op. cit. pp. 143-150).
- 36 - A representação proporcional plena, inclusive na executiva nacional do partido, só foi introduzida no VII Encontro Nacional, em 1990.

- 37 - A problemática atual das tendências difere bastante da que marcou o PT nos anos 80. cf. Fase C: Dois PT's?
- 38 - Sobre a REforma Partidária de 1979 e os esforços do PT para conseguir seu registro definitivo, cf. Keck (1992), capítulo 05.
- 39 - Cf. PRZEWORSKI, op. cit. capítulo 2.
- 40 - Cf. Keck, op. cit. pp. 70-75, 85-88 e 100-103.
- 41 - Na conclusão de seu livro, Margareth Keck considera fundamentalmente positivo o nível de especificação então adotado:
 "O fato de ele ter resistido aos esforços de várias de suas facções para impor uma visão doutrinária do caminho "correto" para o socialismo, insistindo, pelo contrário, na coexistência legítima, dentro do partido, de uma ampla gama de concepções, acabará por constituir-se numa força e não numa fraqueza". (op. cit. p. 283).
 Menos enfático no esforço de converter o vício em virtude Marco Aurélio Garcia, em seu balanço sobre os 10 anos do PT, apresentado no VII Encontro, toca no ponto realmente crucial:
 "Em quarto lugar, como consequência de nossa oposição a formulações doutrinárias, tardamos em elaborar definições importantes sobre questões fundamentais como nosso projeto de sociedade, em especial a articulação de nossa perspectiva socialista com nossa perspectiva democrática" - (RESOLUÇÕES VII Encontro, p. 20).
- 42 - Cf. Keck, op. cit. p. 27.
- 43 - Idem, ibidem, capítulo 2.
- 44 - A baixa institucionalização, o conservadorismo e as clivagens relacionais (oposição/situação) e temáticas (grandes questões polarizadoras), do sistema partidário, destacam mais ainda o ineditismo do PT no sistema político brasileiro.

- 45 - Cf. Keck. capítulo 7.
- 46 - Idem, ibidem. pp. 142-143.
- 47 - id. ib., capítulos 1 e 2.
- 48 - A tipologia das três fases, de U. Cerroni, é consistente com a definição de partido adotada na seção II. No entanto, a idéia de uma fase corporativa e pré-política, é insustentável com o conceito de política adotado na seção II. Cf. notas seções I e II.
- 49 - Cf. Gadotti, op. cit. capítulo VII.
- 50 - Cf. Resoluções V Encontro, editados pelo DN.
- 51 - Uma nomenclatura classista para a estratégia traz em si mesma o problema, destacado por Reis, de se pressupor a constituição não-problemática de um sujeito coletivo de natureza parcial. Cf. Reis (1988a, p. 31).
- 52 - O argumento de que maiores definições seriam um índice de "doutrinarismo sectário" repete-se ao longo de toda a trajetória petista, do discurso de Lula na Primeira Convenção Nacional (1981), passando pelo V encontro (1987), pelo VII encontro (1990) até o I Congresso (1991). Um exame das resoluções programáticas e organizativas, ou mesmo das táticas deliberadas, mostra que, nestes casos, a liderança petista nunca hesitou em aprovar posições que não eram "patrimônio coletivo" do partido e de suas bases sociais.
- 53 - Ver Keck, op. cit. p. 284.
- 54 - Cf. Resolução sobre Socialismo, VII encontro, 1990.
- 55 - Idem nota anterior, p. 29.
- 56 - Particularmente, em relação à visão do partido sobre o Estado e sobre as classes sociais no Brasil.

- 57 - Cf. o capítulo 6 do livro já citado de Przeworski.
- 58 - PORTANTIERO, Juan Carlos. A democratização do Estado. In: Revista Filosofia Política nº 04. Porto Alegre. LePM, 1987. (UFRGS/UNICAMP).
- 59 - Cf. Przeworski, op. cit. pp. 195-201.
- 60 - Ver, por exemplo, o debate sobre estratégia nos números 11 e 13 da revista trimestral do PT (Teoria e Debate), e as resoluções do I Congresso (1991). Trata-se nitidamente da busca de uma síntese superadora, mais do que uma mescla entre reforma e revolução, tipo "terceira via". No entanto, talvez as definições "práticas", vale dizer, espontâneas e reforçadoras da excedência de meios, tornem em grande parte extemporâneo este debate. Até agora, a identidade socialista do PT, embora em crise, manteve-se compatível com este grau de definições estratégicas. No entanto, não há porque supor que tal identidade não se possa manter ao nível ritual e retórico muito tempo após a renúncia prática à qualquer ação estratégica na direção do socialismo.
- 61 - É a multiplicação dos espaços em que as diversas instrumentalidades do sistema de interesse passam a operar, sobrepondo-se aos espaços de identidade do sistema de solidariedade, que nos permite afirmar que a própria tensão entre uma lógica de fins e uma lógica de movimento vai sendo solapada em favor desta última. Cf. Pizzorno, nota 15.
- 62 - Os "dois PT's" encontram respaldo nas resoluções genéricas e difusas em relação à conjuntura, num esforço de preservar a ambigüidade que acaba esvaziando a legitimidade dos organismos dirigentes; componente da crise orgânica.
- 63 - Grosso modo, tais issues remetem à "(...) questão formulada por Gramsci e para a qual ainda possuímos pouquíssimas respostas, diz respeito precisamente à dinâmica da ruptu-

ra do consentimento quando essa ruptura sistematicamente põe a nu a coerção". (PRZEWORSKI, op. cit, p. 201).

- 64 - Uma tática consistente com uma estratégia positiva assenta-se num tripé: a denúncia, que visa a deslegitimação anti-sistema; propaganda, que visa ampliar o consenso em torno de uma alternativa global; propostas, que visam realizar mudanças específicas, tornando factível e alternativa.
- 65 - No I Congresso, as tendências foram responsabilizadas pela queda na taxa de militância e pelas dificuldades de acesso dos filiados de base aos fóruns de decisão, restritos ao "círculo interior" (Duverger). A regulamentação de 1987 foi alterada e as tendências foram substituídas por blocos (cf. tipologias de Duverger e Sartori, Seção I). No entanto, parece que a inutilidade das tendências reflete, mais do que causa, a presente crise. Não há mais diferentes projetos estratégicos em disputa, há apenas as rivalidades de clientelas parlamentares, grupos de pressão e de opinião (DUVERGER, pp. 160-169).
- 66 - Tais como a flexibilização dos critérios para a formação de núcleos, a participação de representantes de núcleos nas direções partidárias, a cota de 30% de mulheres nos organismos dirigentes, etc. Iniciativas anteriores, como a criação da Revista Teoria e Debate (1988) e do Jornal Brasil Agora (1991) e as resoluções sobre formação política do VII encontro (criação da Escola Nacional) e do I Congresso (alocação de 30% dos recursos para formação), tocam em pontos também cruciais. Caberia verificar se tais medidas serão capazes de reverter a tendência de subsunção da vida partidária ao Jogo institucional, no Estado e na sociedade-civil. Não se trata, como sugere Keck, de preservar características de movimento político face à institucionalização do partido. Como vimos, trata-se de robustecer a máquina, de construir burocracia e constituir potência; mas, principalmente de fazê-lo em função das finalidades socialistas e democratizantes o que, de resto, exige a manutenção das "esferas de controle democrático" internos.

Seção IV

- 67 - Depois de tantas "recomendações" ao PT sobre a necessidade de especificação de uma estratégia, caberia levar mais a sério as recomendações sobre a especificação das hipóteses, no capítulo 6 do manual de: GOODE, W.J. e HATT, Paul K. Métodos em Pesquisa Social. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1972. 4ª edição. pp. 74-97.
- 68 - Vale lembrar, os objetivos táticos são meios da estratégia. A tensão se estabelece porque, numa dada conjuntura, o ator tem que considerar estes objetivos táticos simultaneamente como fins em si mesmos e como meios, mais ou menos diretos, para alcançar outros fins mais amplos.
- 69 - O que parte da imprensa e alguns analistas chamam de "identidade social-democrata, oculta e ainda não assumida", do PT.
- 70 - Entendo por conjuntura uma situação particular ou um momento histórico. Um conjunto de acontecimentos num tempo e num lugar determinados. Cf. PRZEWORSKI. op. cit., pp. 187-195.